

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1442741 - MT (2019/0028721-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : AMERICO TAMOTSU KAWABATA
ADVOGADOS : BRUNA DA SILVA REIS - MT013185
ANDRE MARTINS KAWABATA - MT0123890
PAULO DE SOUZA FREITAS JUNIOR - MT010632
EMBARGADO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MT008184A
PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS E OUTRO(S) - MT013994A
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517
INTERES. : INACIO ADEMIR KRINDGES
ADVOGADO : HILARIO SCHIEFELBEIN - MT012532B

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o

Superior Tribunal de Justiça

Julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator